

A crítica historiográfica no Brasil

Autor: Joseane Silva Prado - Bolsista PET SESu / MEC. Filiação Institucional: História UNESP - Franca

Texto:

A pesquisa histórica cresceu perceptivelmente com o passar das décadas, e não podemos deixar de levar em conta a importância dos simpósios e encontros, iniciados já na década de 1970, para esse crescimento, pois eles contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento de estudos de história no Brasil. Amaral Lapa aponta que o intercâmbio de idéias, de diversas técnicas e métodos de pesquisa, evidencia a importância de novo tratamento dado aos temas e fontes. (LAPA, 1972, p. 36).

Outros historiadores como Carlos Fico e Ronald Polito fizeram no início da década de 1990 um apurado levantamento, bem como, uma análise dos rumos da historiografia do Brasil dos anos 80. Os autores pontuaram questões muito relevantes para os estudos da área histórica, que segundo Carlos Guilherme Mota, ganharam nesse período mais espaço tanto institucional como na mídia, levando a uma revalorização da História e do trabalho do historiador. (FICO, 1992, p. 07)

Com a efetivação da pesquisa histórica Universitária muito se ganhou em termos de maior produção, preocupação como método, levantamento mais minucioso e cuidadoso das fontes, além de dados, documentação, bibliografia e citação. A pós-graduação também marcará uma fase de produção mais regularmente organizada (NOVAIS, 2005, p. 297-298).

Iglésias também acreditava, já no início dos anos 70, que uma pesquisa mais profícua seria a que estivesse integrada a um plano de alguma Universidade ou Instituto, pelo próprio trabalho interdisciplinar que ali se faz. Em um de seus textos, aponta como as necessidades da carreira universitária e a valorização da disciplina fizeram com que os estudos se multiplicassem:

Se a situação melhorou como os cursos de História, primeiro com graduação, recentemente com a pós-graduação, na exigência das teses para mestrado, doutorado, livre-docência e titularidade, bem como com os institutos de Estudos Sociais, multiplicados no país com diferentes nomes e finalidades, com a assistência dos poderes públicos à pesquisa pela renovação dos arquivos e às

bolsas aqui e no estrangeiro, ainda há muito a ser feito. A historiografia aumentou em quantidade e em qualidade (IGLÉSIAS, 1983, p. 138).

Na década de 80, os debates sobre a historiografia traziam a tona novas questões, que passariam a interferir no trabalho de produção da História. Tais debates, influenciaram inúmeros pesquisadores do mundo acadêmico, segundo as propostas teóricas do marxismo como também da Escola dos *Annales*, já sofrendo também alguns impactos das reflexões de autores como Foucault, Thompson e Hobsbawm (MARCHI et al, 1992, p. 135).

Mas não devemos nos esquecer que ao falarmos em produção científica ou trabalho historiográfico, deve-se pensar a partir de certas regras e normas usuais aceitas pela comunidade acadêmica ou pelos seus pares. É importante destacar que o que se selecionou e determinou em distintos momentos da historiografia, indicava certos posicionamentos historiográficos, refletindo interesses e explícitas, ou não, ideologias. Para os historiadores Euclides Marchi, Maria Ignês de Boni, Márcia Siqueira e Sérgio Nadalin (em um artigo sobre o tema), a análise de uma produção permite captar “modelos” teóricos que serviram de base para a realização daquelas pesquisas, podendo perceber-se concepções teóricas e metodológicas bem definidas:

Os artigos constituem indicadores para definir o perfil historiográfico escolhido pelo conselho editorial, quanto para estabelecer recortes do período e temas que estavam em voga, identificando e acompanhando as mudanças que ocorrem e verificando as rupturas que eles provocaram nos parâmetros e padrões de pesquisa (MARCHI et al, 1993, p. 139).

As questões que envolvem a pesquisa historiográfica, como podemos perceber, são muitas. Inúmeros pesquisadores atentam para diversos fatores que contribuíram, ou não, para o avanço dos estudos históricos no país.

Carlos Fico e Ronald Polito apontam ainda que, embora durante os anos 80 tenhamos assistido um aumento muito significativo do número de estudos e trabalhos de historiografia, propriamente dita, é possível detectar que os mesmos sempre se debruçaram sobre um aspecto semelhante, tema ou problema setorial da produção de conhecimento histórico, o que não foi muito interessante tendo em vista que a historiografia é, não apenas a análise da produção do conhecimento histórico e das condições que propiciaram essa produção, mas, igualmente, o estudo de sua reprodução, circulação, consumo e crítica (FICO; POLITO, 1992, p. 17).

Ao se apontar o caráter de debilidade dos estudos históricos, principalmente da década de 70, muitos autores acabam por ter como parâmetro, a parca diversificação dos temas e períodos estudados. O estudo do presente ou mesmo de um passado mais próximo era postergado, dados os “[...] *comprometimentos e preconceitos, e até mesmo as paixões e interesses que nesses casos o historiador teria com o seu próprio objeto de estudo*[...]” (LAPA, 1982, p. 165).

Amaral Lapa fez uma dura crítica aos historiadores que permaneciam amarrados nessas limitações, já que estes:

[...] não conseguiam assim atingir o nível ideal de “neutralidade” que deveria conservar para poder julgar os agentes e examinar as implicações dos eventos! [...] O passado se apresentava como refúgio para o historiador que se afastava de seu tempo com os seus problemas e compromissos (LAPA, 1982, p. 165).

Os historiadores Fico e Polito tocam num outro importante ponto de nossa historiografia nos anos 70. Apesar do crescimento verificado em relação à década anterior, a produção histórica se concentrava em poucas áreas. Segundo eles, a tônica era dada pela História Social, Econômica, e também a Política, vindo em segundo plano a História Demográfica e da Cultura, e quanto às linhas de pesquisa, predominavam os enfoques regionais. A História Econômica, tal como previram alguns analistas, é menos significativa no período 1980/1989 do que nas décadas anteriores. A História Política, mesmo se mantendo com muita força, ainda não apresentava renovações temáticas ou metodológicas (FICO; POLITO, 1992, p. 56-57).

Houve ainda por muito tempo uma preferência por estudos voltados para o período colonial, em detrimento do período imperial e, mais ainda, do republicano. Muitos historiadores davam mais importância ao tempo longínquo, não percebendo que o historiador deveria interessar-se por todas as temporalidades, e não apenas ao passado, um “conceito genérico e limitado” (IGLÊSIAS, 1983, p. 135-136).

Do ponto de vista temático e metodológico, não podemos negar que houve uma certa ampliação das possibilidades de opções nos anos 1980 em relação às décadas passadas. Como a história Política, tão presente nas décadas de 60 e 70, sendo mais tradicional, e depois tomando novas formas.

Alguns autores como Vavy Pacheco Borges, identificaram no final dos anos 80 uma espécie de “retorno” da história Política, que aparecia agora mais renovada. A história Política toma novo fôlego, se torna mais crítica e mais analítica, mas mesmo

assim, continua a ser alvo de muitas críticas. A autora denuncia um certo desprestígio ou preconceito entre os historiadores ao se afirmar “fazendo história política” (BORGES, 1992, p. 08-09).

Pierre Rosanvallon indica que o declínio do estudo desse tipo de história tradicional foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e, sobretudo, da sociologia política, tendo em vista que a abordagem dos problemas políticos foi marcada, pelas últimas décadas, por uma série de deslocamentos sucessivos, como os historiadores das mentalidades tomando espaço dos historiadores denominados factuais (ROSANVALLON, 1995, p. 10-11).

As mudanças e novas tendências que marcaram os fins dos anos 1980 foram muitas, acabando por refletir na década de 90. Adelaida Sagarra aponta que nos anos 1990 se detectou um certo deslocamento no objeto da História, com novas preocupações, passando do grupo ao indivíduo, dos modelos e interpretações explicativos, estratificados e monocausais, aos modelos interconectados e com diversas causas, buscando o estudo do acontecimento significativo, seja para a História Total seja para a História em Migalhas (SAGARRA, 1996, p. 16-17).

Atualmente, há uma mobilidade no que se refere às temáticas, enfoques, orientações metodológicas e teóricas. Para Fico e Polito, isso não é uma fragilidade da área da História, pois a multiplicidade abre possibilidades de constantes renovações de abordagens e contato com tendências estrangeiras que acabam por ser absorvidas, interpretadas e recriadas. Os historiadores mencionam ainda que hoje é praticamente impossível não encontrar trabalhos que tratem de temas como “imaginário”, “representações”, “memória”, entre outros. (FICO; POLITO, 1996, p. 169-170).

A oposição ao evolucionismo e à noção de progresso, mostra que a modernização, o racionalismo e a ciência, que muitas vezes é confundida com tecnologia, não foram fatores de libertação e felicidade, e essa se tornou uma das maiores críticas ao paradigma iluminista. Para Ciro Flamarion, as afirmações correntes hoje, impossibilitam o surgimento de novas ideologias globais e novas teorias holísticas do social. A falta de sentido na história que os Homens fazem tanto na História que os historiadores escrevem, permite que muitos queiram decretar o “Fim da História” (CARDOSO, 1997, p. 10,13).

Segundo Alzira Abreu, diferente do que para Ciro Flamarion, existe atualmente uma nova ambição “totalizante” que surgiu a partir do político e do cultural, buscando criar um novo paradigma (ABREU, 1995, p. 311).

Segundo Jatahy Pesavento, o que houve foi uma espécie de esvaziamento, ou mesmo esfacelamento, de pressupostos de natureza teórica, mas, por outro, “[...] registrar-se-ia uma enorme sedução pelos novos objetos e campos de análise, suscitando olhares até então inusitados sobre a realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

Não devemos deixar de notar que toda essa ambigüidade intrínseca, gerada a partir da afirmação de “Fim da História”, contém não somente um caráter problemático como também ideológico, pois como nos alerta Falcon, “[...] existe uma forte tendência, quase sempre, de legitimar o que é novo ou “moderno”, exatamente pela sua novidade, e desqualificar ou descartar o antigo como tradicional ou velho. (FALCON, 1996, p. 25).

Diante de tantas mudanças, Francisco Falcon afirma que foi a própria identidade do historiador que se fragmentou, já que “[...] cada tendência constitui um microcosmo cuja visão do ofício do historiador raramente se ajusta às demais”(FALCON, 1996, p. 15). Por isso as discordâncias tornam-se inevitáveis.

As contradições e divergências no campo historiográfico foram inúmeras desde seu surgimento, e com a presença de novas tendências, bem como, com a construção de novos objetos e abordagens de estudo, novas possibilidades foram colocadas à prova

As diversas possibilidades, colocadas à frente dos historiadores no final do século XX, criam um amplo território de investigação que deixa muitos estudiosos receosos em relação ao devir. A chamada “crise da História”, afirmada por alguns, torna difícil conjecturar sobre quais serão os novos e prováveis desafios.

Sendo assim é imprescindível, para o entendimento da historiografia como campo de conhecimento, assim como para compreendermos o papel do historiador, o debate e as discussões a respeito das transformações e novos humos das teorias e metodologias históricas. Esse estudo tentará analisar as décadas de 1980 e 1990, para que possamos perceber algumas mudanças, ou não, da historiografia brasileira produzida por importantes pesquisadores nesse período, relacionando algumas das evidências descritas por eles.

Essas questões são, ainda, um tanto controversas já que as metodologias e teorias do campo histórico sofreram mudanças essenciais nessas últimas décadas. Portanto, suscitar essa problemática se faz de extrema relevância para conhecermos como se dá essa produção, para entendermos o ofício do historiador, como também, a própria construção do conhecimento.